TOMOS

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DO CNMP

RESOLUÇÃO Nº 243, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021 (política institucional de proteção integral e de promoção de direitos e apoio às vítimas)

RESOLUÇÃO Nº 232, DE 16 DE JUNHO DE 2021 (trata do uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços ministeriais pelas partes, procuradores, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todos os seus ramos)

Material produzido por TOMOS em 13/05/2022. Distribuição livre; cocriação autorizada.
Comercialização vedada sem prévia autorização da autora intelectual

RESOLUÇÃO Nº 230, DE 8 DE JUNHO DE 2021 (Disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais)

RESOLUÇÃO Nº 228, DE 8 DE JUNHO DE 2021 (Disciplina atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência acolhidas em Residências Inclusivas)

RESOLUÇÃO Nº 221, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020. (Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na audiência de custódia, incorpora as providências de investigação referentes ao Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 205, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019. (Dispõe sobre a Política Nacional de Atendimento ao Público no âmbito do Ministério Público e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 204, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019. (Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações, pelos membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto)

RESOLUÇÃO Nº 201, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019. (Altera as Resoluções nº 129/2015 e nº 181/2017, ambas do CNMP, com o objetivo de adequá-las às disposições do Direito Internacional dos Direitos Humanos, especialmente à decisão do caso Favela Nova Brasília vs. Brasil)

RESOLUÇÃO Nº 199, DE 10 DE MAIO DE 2019. (Institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para comunicação de atos processuais no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro)

RESOLUÇÃO Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017. (Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal – PIC – a cargo do Ministério Público)

Material produzido por TOMOS em 13/05/2022. Distribuição livre; cocriação autorizada.
Comercialização vedada sem prévia autorização da autora intelectual

RESOLUÇÃO Nº 179, DE 26 DE JULHO DE 2017. (Regulamenta o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta)

RESOLUÇÃO Nº 174, DE 4 DE JULHO DE 2017. (Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo)

RESOLUÇÃO Nº 170, DE 13 DE JUNHO DE 2017. (Dispõe sobre a reserva aos negros do mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, bem como de ingresso na carreira de membros dos órgãos enumerados no art. 128, incisos I e II, da Constituição Federal)

RESOLUÇÃO Nº 164, DE 28 DE MARÇO DE 2017. (Disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro)

RESOLUÇÃO Nº 156, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016. (Institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público, e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 154, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016. (Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 150, DE 9 DE AGOSTO DE 2016. (Dispõe sobre criação de Núcleo de Solução Alternativa de Conflitos e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 129, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015. (Estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial.

Material produzido por TOMOS em 13/05/2022. Distribuição livre; cocriação autorizada.
Comercialização vedada sem prévia autorização da autora intelectual

RESOLUÇÃO Nº 118, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014. (Dispõe sobre a Politica Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 14 DE MARÇO DE 2013. (Dispõe sobre a atuação do Ministério Público nos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas)

RESOLUÇÃO Nº 88, DE 28 DE AGOSTO 2012. (Dispõe sobre o atendimento ao público e aos advogados por parte dos membros do Ministério Público)

RESOLUÇÃO Nº 82, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2012. (Dispõe sobre as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados)

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 15 DE JUNHO DE 2011. (Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 16 DE MARÇO DE 2011. (Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas)

RESOLUÇÃO Nº 56, DE 22 DE JUNHO DE 2010. (Dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público)

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 17 SETEMBRO DE 2007. (Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil)

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 28 DE MAIO DE 2007. (Regulamenta o art. 9º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e o art. 80 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, disciplinando, no

Material produzido por TOMOS em 13/05/2022. Distribuição livre; cocriação autorizada.
Comercialização vedada sem prévia autorização da autora intelectual

âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial)

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DO CNMP

RECOMENDAÇÃO Nº 87, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021 Dispõe sobre a necessidade de se conferir absoluta prioridade à apreciação das hipóteses de descumprimento de medidas protetivas de urgência e à atuação em rede, entre o Ministério Público e os órgãos integrantes da Segurança Pública, para proporcionar maior efetividade a estas medidas.

RECOMENDAÇÃO Nº 86, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021 Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público brasileiro a adoção de medidas estruturantes para a melhoria das condições ambientais e de acesso ao trabalho no âmbito do Sistema Prisional.

RECOMENDAÇÃO Nº 85, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021 Dispõe sobre o fomento à fiscalização, pelo Ministério Público, dos parâmetros de acolhimento das pessoas LGBTI+ privadas de liberdade em estabelecimentos penais.

RECOMENDAÇÃO Nº 80, DE 24 DE MARÇO DE 2021 (Dispõe sobre a necessidade de aprimoramento da atuação do Ministério Público no enfrentamento da violência de gênero e da violência institucional e dá outras providências)

RECOMENDAÇÃO Nº 69, DE 7 DE MAIO DE 2019. (Dispõe sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, dos artigos 126 a 129 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), para que também fomentem ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade e dá outras providências)

RECOMENDAÇÃO Nº 67, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018. (Dispõe sobre a necessidade de conferir prioridade para ações de prevenção e combate da obesidade infantil e promoção da alimentação saudável e do aleitamento materno)

Material produzido por TOMOS em 13/05/2022. Distribuição livre; cocriação autorizada.
Comercialização vedada sem prévia autorização da autora intelectual

RECOMENDAÇÃO Nº 65, DE 25 DE JUNHO DE 2018 (Dispõe sobre a necessidade de integração da atuação do Ministério Público para a proteção dos recursos hídricos)

RECOMENDAÇÃO Nº 63, DE 26 DE JANEIRO DE 2018. (Dispõe sobre a necessidade de especialização de órgãos do Ministério Público para a atuação nos conflitos coletivos agrários e fundiários)

RECOMENDAÇÃO Nº 62, DE 7 DE AGOSTO DE 2017. (Dispõe sobre a necessidade do membro do Ministério Público com atribuições afetas às execuções criminais, ao controle externo da atividade policial e à execução de medidas socioeducativas, comparecer, quando da ocorrência de rebeliões, aos estabelecimentos de custódia de pessoas privadas de liberdade, ressalvada a presença de risco a sua segurança pessoal)

RECOMENDAÇÃO Nº 61, DE 25 DE JULHO DE 2017. Recomenda às unidades e aos ramos do Ministério Público brasileiro a realização de encontros com os movimentos sociais.

RECOMENDAÇÃO Nº 60, DE 5 DE JULHO DE 2017. (Dispõe sobre a obrigatoriedade e a uniformização das inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público)

RECOMENDAÇÃO Nº 54, DE 28 DE MARÇO DE 2017. (Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro)

RECOMENDAÇÃO Nº 53, DE 28 DE MARÇO DE 2017. (Recomenda a garantia do acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público brasileiro)

RECOMENDAÇÃO Nº 48, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016. (Sugere parâmetros para a atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em saúde)

RECOMENDAÇÃO Nº 44, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016. (Dispõe sobre a atuação do Ministério Público no controle do dever de gasto mínimo em educação)

Material produzido por TOMOS em 13/05/2022. Distribuição livre; cocriação autorizada.
Comercialização vedada sem prévia autorização da autora intelectual

RECOMENDAÇÃO Nº 42, DE 23 DE AGOSTO DE 2016. (Recomenda a criação de estruturas especializadas no Ministério Público para a otimização do enfrentamento à corrupção, com atribuição cível e criminal)

RECOMENDAÇÃO Nº 41, DE 9 DE AGOSTO DE 2016. (Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a correta implementação da política de cotas étnico-raciais em vestibulares e concursos públicos)

RECOMENDAÇÃO Nº 33, DE 5 DE ABRIL DE 2016. (Dispõe sobre diretrizes para a implantação e estruturação das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude no âmbito do Ministério Público)

RECOMENDAÇÃO Nº 31, DE 27 DE JANEIRO DE 2016. (Dispõe sobre a necessidade de observância, pelos membros do Ministério Público, das normas – princípios e regras – do chamado Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e, bem assim, do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense, em casos de crimes de tortura e dá outras providências)

RECOMENDAÇÃO Nº 26, DE 28 DE JANEIRO DE 2015. (Dispõe sobre a uniformização da atuação do Ministério Público no processo de elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, conforme disposto nas Leis Federais nºs 8.069/1990 e 12.594/2012)

PRINCIPAIS RESOLUÇÕES DO MPSP

RESOLUÇÃO Nº 1.380/2021-CPJ, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021 (Regulamenta as regras de transição e aspectos do acordo de não persecução cível em face do advento da Lei Federal nº 14.230/21, modifica a Resolução nº 1.193/20-CPJ e dá outras providências)

Material produzido por TOMOS em 13/05/2022. Distribuição livre; cocriação autorizada.
Comercialização vedada sem prévia autorização da autora intelectual

RESOLUÇÃO Nº 1.364/2021-PGJ-CPJ, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021. (Regulamenta, na área criminal, o PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, nos termos da Resolução nº 181/17 do CNMP e dos arts. 26, I, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e art. 104, I, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, e dá providências correlatas)

RESOLUÇÃO Nº 1.351/2021-PGJ-CPJ-CGMP, DE 06 DE AGOSTO DE 2021. (Altera a Resolução nº 619/2009PGJ/CPJ/CGMP, de 2 de dezembro de 2009, que disciplina o atendimento ao público e o procedimento administrativo de apuração a lesão ou ameaça de lesão a direito individual e dá outras providências)

RESOLUÇÃO nº 619/2009 - PGJ/CPJ/CGMP, de 02/12/2009 (Disciplina o atendimento ao público e o procedimento administrativo de apuração a lesão ou ameaça de lesão a direito individual e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 1.342/2021-CPJ, DE 1º DE JULHO DE 2021 (Disciplina a notícia de fato, o inquérito civil, o procedimento preparatório, a expedição de recomendações, a realização de audiência pública, a celebração de compromissos de ajustamento de conduta e dá outras providências)

RESOLUÇÃO Nº 1.341/2021-CPJ, DE 29 DE JUNHO DE 2021 (Altera a Resolução nº 1.193/2020-CPJ, de 11 de março de 2020, que disciplina o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, regulamentando o disposto no § 1º do artigo 17, da Lei nº 8.429/92 e no § 2º, do art. 7º, da Resolução nº 179/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público)

RESOLUÇÃO Nº 1.193/2020-CPJ, DE 11 DE MARÇO DE 2020 (Disciplina o acordo de não persecução cível no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, regulamentando o disposto no 17, § 1º, da Lei nº 8.429/92 e no art. 7º, § 2º da Resolução nº 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público)

https://www.mpsp.mp.br/pt/resolucoes-colegio-de-procuradores

Material produzido por TOMOS em 13/05/2022. Distribuição livre; cocriação autorizada.
Comercialização vedada sem prévia autorização da autora intelectual